

Branco, negro, cigano ou asiático? Censos 2021 devem perguntar a etnia, recomenda grupo de trabalho

observador.pt/2019/04/04/branco-negro-cigano-ou-asiatico-censos-2021-devem-perguntar-a-etnia-recomenda-grupo-de-trabalho



Os censos de 2021 devem mesmo recolher dados étnico-raciais. De acordo com o jornal Público tanto o grupo de trabalho criado pelo Governo para debater o tema como a população portuguesa (78%, segundo uma sondagem da Universidade Católica) são a favor de uma questão de resposta facultativa sobre a etnia. A sugestão do grupo de trabalho passa por dividir a população portuguesa em quatro grandes subgrupos: “Branco/Português branco/De origem europeia”; “Negro/Português negro/Afro-descendente/De origem africana”; “Asiático/Português de origem asiática/De origem asiática”; e “Cigano/Português cigano/Roma”.

Questão sugerida pelo grupo de trabalho:

Portugal é hoje uma sociedade com pessoas de diversas origens. Queremos melhorar a informação sobre essa diversidade para melhor conhecer a discriminação e desigualdades na sociedade portuguesa. Qual ou quais das seguintes opções considera que melhor descreve(m) a sua pertença e/ou origem?”

No grupo de trabalho, a opção foi aprovada com nove votos a favor, quatro contra e a abstenção do presidente do grupo de trabalho — Jorge Vala, que representava o Alto Comissário para as Migrações. O grupo inclui académicos como Cristina Roldão e Marta Araújo, e ativistas incluindo Anabela Rodrigues e José Semedo Fernandes (SOS Racismo). **Os trabalhos começaram em agosto de 2018**, depois de a possibilidade de se levantar dados étnico-raciais nos censos à população portuguesa causar polémica.

A questão, espera-se, **servirá para avaliar as desigualdades étnicas em Portugal** com uma precisão “fundamental e incomparável”, sendo uma forma muito mais precisa de recolher dados do que uma questão genérica sobre a nacionalidade da pessoa ou dos pais. “A opção por indicadores desse tipo contribui para minorizar a relevância do combate às desigualdades e à discriminação de base ‘étnico-racial’, diluindo-a na questão da imigração”, afirma o relatório a que teve acesso o jornal Público.

Este tipo de **informação já é recolhida em países como os Estados Unidos da América ou o Reino Unido**. No entanto, há quem tema que a recolha dos dados possa legitimar a segregação social por categorias sociais, e que o estabelecimento de subgrupos pelo Estado poderá ser uma ferramenta de reforço do racismo. Além disso, os **dados recolhidos poderão ser alvo de interpretações erróneas**, “aumentando os riscos de apropriação discriminatória da informação”.

Para combater estes problemas, o relatório final sugere a **criação de um Observatório do Racismo e da Xenofobia**. Também a questão legal parece estar ultrapassada: a Constituição e a Lei de Proteção dos Dados Pessoais não permitem a recolha de dados ligados à raça e etnia. Mas a Comissão Nacional de Proteção de Dados pode conceder uma exceção aos censos, logo que se verifique o anonimato do questionário.

A decisão está em linha com uma sondagem do Centro de Estudos e Sondagens de Opinião da Universidade Católica, também divulgada pelo Público. **78% dos portugueses serão a favor da recolha de dados**, sendo que 84% dos cidadãos nacionais estariam dispostos a responder a uma questão de resposta opcional sobre a sua etnia ou origem. **90% dos portugueses consideram que há hoje discriminação em Portugal.**